PRONAF Crédito Rural na Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul - Brasil.

Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol[1]

Resumo

O objetivo principal do trabalho foi analisar a estrutura produtiva agropecuária das unidades territoriais que compõem a raia divisória São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul no período recente (1995/96 e 2006) e a evolução do acesso ao PRONAF Crédito Rural no período compreendido entre 1999 e 2009. Se evidenciou, por meio da coleta, sistematização e análise de dados de fonte secundária, que: a) a área ocupada com pastagens é predominante, embora muitas dessas tenham sido arrendadas pelas usinas instaladas nas regiões para o cultivo de cana-de-açúcar; b) a pecuária de leite e as lavouras são realizadas sobretudo nos pequenos estabelecimentos agropecuários; c) em relação ao PRONAF Crédito Rural, se verificou que o acesso aos recursos foi mais pronunciado nos municípios em que há assentamentos e/ou reassentamentos rurais.

Palavras-chave: PRONAF Crédito Rural; Estrutura Produtiva Agropecuária; Raia Divisória São Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul.

Eixo temático: Dinamica de los espacios rurales y sustentabilidad

Introdução

A agricultura tem grande importância econômica e social para a maioria dos municípios de pequeno porte situados no interior do Brasil. Não obstante a grande diversidade e heterogeneidade que marcam o campo brasileiro, extensas áreas rurais do país têm suas dinâmicas fortemente dependentes das atividades agropecuárias.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, particularmente os de pequeno porte, sejam convencionais ou assentados, em termos de acesso às condições de produção, de infraestrutura, de comercialização e de assistência

[1] Professora dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Campus de Pres. Prudente – São Paulo – Brasil; pesquisadora do CNPq e líder do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). E-mail: rosangel@fct.unesp.br

técnica são evidentes, sobretudo naqueles territórios situados na área *core* do país – o Centro-Sul -, mas que desempenham papel periférico na divisão territorial do trabalho. Esse é o caso da área compreendida pela Raia Divisória São Paulo – Mato Grosso do Sul – Paraná, que se constituiu no recorte territorial do presente trabalho.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar a estrutura produtiva agropecuária desta porção do território brasileiro no período recente (1995/96 e 2006) e a evolução do acesso ao PRONAF Crédito Rural no período compreendido entre 1999 e 2009.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa foram realizados levantamento bibliográfico; coleta[2], sistematização e análise dos dados de fonte secundária obtidos nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[3]; Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) do Estado de São Paulo[4]; e, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Por meio do presente trabalho[5], pretende-se contribuir para o desvendamento e a compreensão das diferenças e semelhanças que marcam as unidades territoriais que compõem a Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.

1. As fronteiras internas do Brasil

No Brasil, os termos "regiões fronteiriças", "espaços fronteiriços" ou "raia transfronteiriça" são pouco utilizados no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. De acordo com Passos (2006, p. 13-14)

> As "fronteiras" são raias, isto é, áreas de intergradação onde os processos se manifestam segundo uma lógica de descontinuidade objetiva da paisagem ou, ainda, segundo uma impermeabilidade muito acentuada entre as parcelas do território submetidas às definições e redefinições territoriais mais ou menos independentes.

Ainda de acordo com esse autor, é no âmbito da União Européia que essas áreas de fronteira têm adquirido maior interesse por meio da implementação de programas de desenvolvimento local e regional, como é o caso do Programa de Cooperação entre

---

[2] A maior parte dos dados de fonte secundária que subsidiou esta análise foi coletada pelo mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fernando Veloso. A ele os nossos agradecimentos.

[3] Foram consultados: Censos Agropecuários (1995/96 e 2006), Produção Agrícola e Pecuária Municipal (1996 e 2006) e Perfil dos Municípios Brasileiros (2009).

[4] Perfil dos Municípios Paulistas.

[5] A presente pesquisa se constitui em parte de um Projeto Temático da FAPESP intitulado "A Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul" coordenado pelo Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos.

Regiões (INTERREG) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (PASSOS, 2006). Esses programas têm como objetivo reduzir as diferenças socioeconômicas entre as regiões de fronteiras de alguns países que compõem a União Européia, como são os casos das fronteiras entre Portugal e Espanha e entre a Espanha e a França (PASSOS, 2006). Com a constituição da União Européia, as fronteiras externas dos países-membros que, de certa forma, até então eram controladas pelos Estados Nacionais, deixaram de existir, tornando-se, internas, colocando-se novos questionamentos e problemas à unificação (LIPIETZ, 1992).

Se pensarmos em relação às fronteiras internas do Brasil, Passos (2006) destaca que há várias regiões fronteiriças, ou seja, áreas de intergradação, que demandam estudos visando a revelar suas potencialidades paisagísticas e suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais. Tendo em vista a importância de análises que contemplem essas regiões de fronteiras no país, consideramos como nosso recorte territorial a raia divisória São Paulo- Paraná- Mato Grosso do Sul, como se observa na Figura 1.

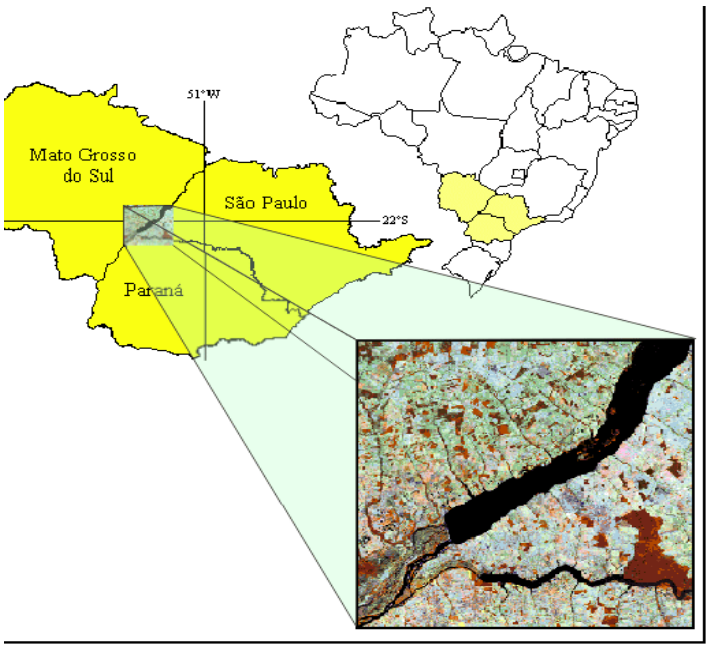

Figura 1 – Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.

A área abrangida por essa raia divisória corresponde às porções do Sudoeste Paulista, Noroeste do Paraná e Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. Todavia, tendo em vista se tratar, do ponto de vista político-administrativo, de unidades territoriais situadas em distintos estados da federação e haver a necessidade de

analisar dados estatísticos para se contextualizar a problemática enfocada, optou-se pela adoção da regionalização do IBGE. De acordo com essa regionalização, o Sudoeste Paulista, Noroeste Paranaense e Sudeste Sul-Matogrossense correspondem às Microrregiões Geográficas de Presidente Prudente, Paranavaí e Nova Andradina, respectivamente.

2. Processo de ocupação das unidades territoriais que compõem a Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul

A ocupação das regiões Sudoeste Paulista, Noroeste Paranaense e Sudeste Sul-Matogrossense foi influenciada, com maior ou menor intensidade, pela expansão da fronteira agrícola via "Marcha para o Oeste", propiciada pela incessante busca de novas áreas a serem incorporadas ao processo produtivo.

Nesse contexto de expansão da fronteira agrícola, a cafeicultura constituiu-se num dos elementos centrais do processo de ocupação do Planalto Ocidental Paulista e do Norte do Paraná. A procura por terras férteis que pudessem garantir a expansão dessa lavoura e os interesses de empresas colonizadoras, vinculadas ao loteamento de glebas, foi responsável pela incorporação produtiva de grandes parcelas de terras (MONBEIG, 1984).

Constata-se, assim, que a incorporação das unidades territoriais da raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul deve ser apreendida como uma das etapas do processo de redivisão do trabalho em escala nacional, expresso por meio da expansão da fronteira agrícola em direção ao Oeste Paulista e Norte Paranaense à procura de novas terras para o cultivo de lavouras de café e, no caso do Sudeste Sul-Matogrossense, pela expansão da pecuária de corte, atividade estritamente vinculada à especulação fundiária e à utilização da terra como reserva de valor.

Em virtude desse processo, essas unidades territoriais tiveram, desde o início do seu processo de ocupação, a estrutura fundiária concentrada. No caso do Sudoeste Paulista e Sudeste Sul-Matogrossense, a concentração fundiária foi mais pronunciada, enquanto que no Noroeste Paranaense, houve, pelo menos até o início dos anos 1970, uma melhor distribuição da propriedade da terra, com forte expressividade de pequenas propriedades rurais.

A predominância de solos arenosos altamente susceptíveis à erosão associada ao desmatamento e a sucessão de atividades agropecuárias com pouca ou nenhuma

preocupação com as condições edáficas, provocaram a degradação ambiental (assoreamento dos rios, erosão dos solos etc.). A partir dos anos 1960 e 1970, houve mudanças na estrutura produtiva dessas unidades territoriais em virtude de novos rearranjos na divisão territorial do trabalho em escala nacional, que levaram à expansão da pecuária de corte e ao cultivo de lavouras em bases técnicas modernas, tais como a cana-de-açúcar nas três MRGs e do binômio soja – trigo nas áreas de afloramento do basalto (terra roxa) na MRG de Paranavaí. Tais mudanças no perfil do uso da terra intensificaram o processo de concentração fundiária no Sudoeste Paulista e Sudeste Sul-Matogrossense, áreas já caracterizadas pela forte presença de grandes fazendas com criação extensiva de gado de corte e pelo absenteísmo. No Noroeste Paranaense houve a intensificação das migrações campo-cidade.

Além das mudanças no perfil do uso da terra, outro fator que gerou fortes impactos econômicos, sociais e ambientais na raia divisória foi a construção de usinas hidrelétricas nos rios Paraná e Paranapanema a partir do final dos anos 1970. Foram construídas três usinas (Porto Primavera no rio Paraná e Taquaruçu e Rosana no rio Paranapanema. A formação dos reservatórios das usinas provocou o desalojamento de muitas famílias de ribeirinhos, o que levou a intensificação dos conflitos pelo acesso a terra. Desde os anos 1980, os movimentos sociais demandantes da Reforma Agrária passaram a atuar na região por meio da implantação de acampamentos e da ocupação de grandes fazendas improdutivas e/ou com titulação duvidosa, o que levou o poder público a desapropriar algumas áreas para a implantação de assentamentos rurais. Parte da população atingida pelos reservatórios das usinas foi alocada em reassentamentos rurais.

3. A importância das atividades agropecuárias nas MRG de Presidente Prudente, Paranavaí e Nova Andradina.

Apesar da maior parcela da população residente nas três microrregiões ser considerada urbana pelos critérios do IBGE, constatou-se que as atividades agropecuárias desempenham papel importante, principalmente por se tratarem de regiões cujas dinâmicas econômicas são periféricas em seus respectivos contextos estaduais. Alia-se a esse fato uma pequena base industrial, muito mais relacionada às atividades agroindustriais (laticínios, usinas sucroalcooleiras, farinheiras etc.) e a

predominância das atividades do setor de serviços que se destacam, sobretudo nas cidades de médio porte, como Presidente Prudente (SP), Paranavaí (PR) e Nova Andradina (MS), que exercem centralidade nas respectivas redes urbanas regionais. Essa relativa importância do setor de serviços também se manifesta nas MRG de Presidente Prudente e Nova Andradina, enquanto que em Paranavaí o setor agropecuário ainda é predominante em termos do Valor Adicionado. Constata-se, assim, que as três microrregiões são essencialmente rurais.

Houve significativas alterações na utilização das terras nas três MRGs que compõem a raia divisória nos últimos anos, conforme se verifica nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Utilização das terras nas MRGs de Pres. Prudente, Paranavaí e Nova Andradina – 1995/96.

MRG	Lavouras Permanentes		Lavouras Temporárias		Pastagens		Matas e Florestas		Total	
	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)
P. Prudente	3.208	9.039	8.579	154.182	11.907	1.225.050	3.481	77.633	13.620	1.465.904
Paranavaí	3.621	25.045	5.595	123.614	9.074	729.461	3.833	49.892	11.645	928.012
N.Andradina	189	342	1.584	58.216	2.631	938.632	1.548	202.600	2.994	1.199.790

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995/96.

Tabela 2: Utilização das terras nas MRGs de Pres. Prudente, Paranavaí e Nova Andradina – 2006.

MRG	Lavouras Permanentes		Lavouras Temporárias		Pastagens		Matas e Florestas		Total	
	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)	Nº Est.	Área (ha.)
Pres. Prudente	2.898	63.429	6.777	335.018	14.628	2.018.689	3.101	112.348	16.492	2.483.743
Paranavaí	2.792	46.811	6.312	198.244	9.090	653.003	3.379	60.840	13.224	899.803
N.Andradina	438	6.792	1.018	55.673	4.128	1.379.194	2.631	233.378	4.733	1.699.298

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

De forma geral, constata-se que a área ocupada com pastagens é predominante nas três microrregiões, caracterizando-se pela presença majoritária da criação de gado de corte. Essa pecuária bovina é organizada com base na grande propriedade rural, geralmente conduzida de forma extensiva, ou seja, com a baixa incorporação de inovações tecnológicas e com alto grau de absenteísmo, representando muito mais uma forma de especulação com a terra do que uma atividade produtiva.

Em virtude dessas características da pecuária de corte e, como reflexo da conjuntura nacional e internacional recente de favorecimento à expansão da produção de etanol, muitas dessas áreas de pastagens têm sido arrendadas para o pelas usinas instaladas nestas regiões para serem cultivadas com lavouras de cana-

de-açúcar. Esse processo fica evidenciado quando se constata a evolução das áreas cultivadas e do volume produzido de cana-de-açúcar, de acordo com os dados disponibilizados pela Produção Agrícola Municipal do IBGE nos anos de 1996 e 2009 nas microrregiões analisadas:

a) em Pres. Prudente, a área cultivada cresceu de 53.761 hectares em 1996 para 224.902 hectares em 2009 e a produção foi ampliada de 3.438.614 toneladas para 14.588.936 toneladas no mesmo período (aumento de 326,7%). Em 1996 as lavouras de cana-de-açúcar eram cultivadas em 18 dos 30 municípios da MRG, enquanto que em 2009 essa cultura estava presente em 25 dessas localidades;

b) em Paranavaí, a área cultivada foi ampliada de 27.489 para 108.027 hectares, enquanto que a produção aumentou de 2.403.635 toneladas para 9.296.860 toneladas. Em 1996 essa lavoura era cultivada em 16 das 29 localidades e em 2009 ela estava presente em 25 (86,2%) municípios;

c) e, em Nova Andradina, a área cultivada passou de 9.000 hectares para 16.293 hectares e a produção de 468.000 toneladas para 1.340.822 toneladas. Em 1996, dos cinco municípios que compõem essa MRG, em apenas um (Nova Andradina) havia área cultivada com cana-de-açúcar (9.000 hectares); em 2009, essa lavoura se expandiu para todos os municípios da MRG, embora o município de Nova Andradina concentrasse 79,1% da área cultivada nessa região.

Nesse cenário marcado pelas pastagens degradadas e pelos amplos canaviais, os pequenos estabelecimentos rurais, mesmo ocupando as menores áreas, são os maiores responsáveis pela produção de leite – gado misto – e pelo cultivo de lavouras, tanto permanentes como temporárias, com exceção da cana-de-açúcar.

Na MRG de Presidente Prudente, a área utilizada pelos estabelecimentos agropecuários com lavouras no ano agrícola de 1995/96 correspondeu a 11,2% do total, sendo que as permanentes representaram 0,6% e as temporárias 10,6% da área total. A performance apresentada pelas culturas, de acordo com a Produção Agrícola Municipal do IBGE (1996 e 2006), foi diferenciada. Entre as principais lavouras permanentes constatou-se: a) redução da área cultivada e do volume produzido de laranja, limão e maracujá; e, aumento da área cultivada e da produção de seringueira, café e manga. Entre as culturas temporárias observou-se: redução da área cultivada e da produção obtida com algodão, arroz e feijão; e aumento da área cultivada e da produção de amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja.

Na MRG de Paranavaí, a área ocupada com lavouras em 1995/96 foi de 16,0% do total, apresentando-se mais significativa que nas outras duas microrregiões. Verifica-se também que as lavouras temporárias (13,3%) sobressaem-se sobre as permanentes (2,7%). Quando se analisa o desempenho das principais culturas por meio da Produção Agrícola Municipal (1996 e 2006), constata-se que elas apresentaram diferenciação. Assim, entre as lavouras permanentes selecionadas, verificou-se: a) redução da área cultivada e da produção, no caso do café e uva; e, b) ampliação da área cultivada e da produção de borracha, laranja e urucum. Entre as lavouras temporárias cultivadas nesta MRG houve: a) redução da área cultivada e da produção, nos casos do algodão, feijão e trigo; e, b) ampliação da área cultivada e da produção de cana-de-açúcar, mandioca, milho, soja, arroz e amendoim.

Na MRG de Nova Andradina, por sua vez, constatou-se que entre 1995/96 e 2006, a área ocupada com lavouras foi a menor das três microrregiões analisadas, com 4,9% (0,1% com lavouras permanentes e 4,8% com temporárias). De acordo com a Produção Agrícola Municipal (1996 e 2006), as principais lavouras permanentes que tiveram ampliação das áreas cultivadas e da produção foram de seringueira, café, coco da baia e urucum. Entre as lavouras temporárias, o feijão e o trigo foram as que apresentaram redução tanto na área cultivada como no volume produzido no período; enquanto que algodão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja tiveram ampliação da área e da produção efetuada.

4. A utilização do crédito rural: PRONAF

A maior parte das lavouras – temporárias e permanentes – e da produção de leite é realizada em unidades produtivas de pequeno porte. Para tanto, o acesso ao crédito rural deveria se constituir num elemento fundamental para a organização das atividades produtivas. Nesse contexto, se considerou pertinente apresentar na tabela 3 a evolução dos dados relativos ao PRONAF – Modalidade Custeio e Investimento no período compreendido entre 1999/2000[6] e 2008/2009[7], nas três microrregiões.

[6] Os dados referentes ao PRONAF estão disponíveis desde o ano agrícola 1998/99; todavia, no caso das MRGs de Pres. Prudente, Paranavaí e Nova Andradina estes somente foram utilizados a partir de 1999/2000.

[7] Os dados do PRONAF disponibilizados no ano agrícola 2008/2009, se referem até o mês de Dezembro de 2008.

Tabela 3 - PRONAF– Crédito Rural: Número de Contratos e Valor dos Financiamentos nas MRGs. de Pres. Prudente, Paranavaí e Nova Andradina – 1999/2000-2008/2009[8].

	MRG de Pres. Prudente		MRG de Paranavaí		MRG de Nova Andradina	
Safras	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)
1999/2000	2.520	7.251.667	143	691.588	146	1.268.721
2000/2001	1.158	1.567.503	1.624	5.586.378	590	2.143.962
2001/2002	1.781	4.258.180	1.229	4.010.211	287	1.979.698
2002/2003	2.541	3.487.040	1.999	7.176.190	101	514.602
2003/2004	4.180	9.182.890	2.578	11.497.061	1.066	6.165.609
2004/2005	4.127	11.537.178	3.189	18.766.102	434	2.669.840
2005/2006	3.726	8.970.291	3.394	22.896.056	244	1.872.469
2006/2007	4.014	12.100.987	3.510	30.993.280	404	4.376.396
2007/2008	3.073	9.832.206	3.096	28.066.890	241	1.938.624
2008/2009	2.308	6.782.334	2.096	25.126.856	252	3.041.811
Total	**29.428**	**74.970.276**	**22.858**	**154.810.612**	**3.765**	**25.971.732**

Fonte: MDA/SAF.

Em termos comparativos se observa que as MRGs de Presidente Prudente e Paranavaí se destacaram no período quanto ao número total de contratos e valor dos financiamentos do PRONAF, respectivamente. Constata-se que enquanto na MRG de Presidente Prudente o número de contratos foi superior aos efetuados no mesmo período na MRG de Paranavaí, o valor total dos contratos firmados nessa região paranaense foi o dobro da paulista.

Se considerarmos a evolução do número de contratos e do valor dos financiamentos para custeio e investimento no período compreendido entre 1999/2000[9] e 2008/2009[10] por microrregião é possível identificarmos algumas tendências.

Em relação à MRG de Presidente Prudente constata-se que tanto o número de contratos (total e por modalidade) como o valor (total e por modalidade) dos financiamentos do PRONAF apresentaram desempenho bastante heterogêneo no período analisado, como se pode verificar na tabela 4.

[8] Os dados da safra 2008/2009 se referem até o mês de Dezembro de 2008.

[9] Os dados referentes ao PRONAF estão disponíveis desde o ano agrícola 1998/99; todavia, no caso das MRGs de Pres. Prudente, Paranavaí e Nova Andradina estes somente foram utilizados a partir de 1999/2000.

[10] Os dados disponibilizados do PRONAF, ano agrícola 2008/2009, se referem até o mês de Dezembro de 2008.

Tabela 4 - PRONAF– Crédito Rural: Número de Contratos e Valor dos Financiamentos de Custeio e Investimento na MRG. de Pres. Prudente - 1999-2009.

	Custeio		Investimento		Total	
Anos	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)
1999/2000	123	143.375	2.397	7.108.292	2.520	7.251.667
2000/2001	763	1.117.290	395	450.213	1.158	1.567.503
2001/2002	1.392	1.935.432	389	2.322.748	1.781	4.258.180
2002/2003	2.199	2.581.122	342	905.918	2.541	3.487.040
2003/2004	3.588	5.098.963	592	4.083.927	4.180	9.182.890
2004/2005	3.352	6.691.229	775	4.845.949	4.127	11.537.178
2005/2006	3.081	6.908.829	645	2.061.462	3.726	8.970.291
2006/2007	3.348	9.502.852	666	2.598.135	4.014	12.100.987
2007/2008	2.640	8.168.504	433	1.663.702	3.073	9.832.206
2008/2009	1.746	4.061.792	562	2.720.542	2.308	6.782.334
Total	**22.232**	**46.209.388**	**7.196**	**28.760.888**	**29.428**	**74.970.276**

Fonte: MDA/SAF.

No contexto paulista, o número de contratos desta MRG representou no período pouco mais de 11,0% do total e em termos de valor dos financiamentos, algo em torno de 35,0% do total do PRONAF no Estado de São Paulo.

Do número total de contratos do PRONAF efetuados nesta MRG, 75,5% foram de custeio e 24,5% de investimento. Com relação ao valor total dos contratos realizados, percebe-se que 61,6% destinaram-se ao custeio, enquanto que 38,4% foram utilizados na modalidade investimento. Em termos de valor médio por contrato de custeio, este aumentou de R$ 1.165,65 no ano agrícola 1999/2000 para R$ 2.326,34 em 2008/2009; enquanto que o de investimento passou de R$ 2.965,49 em 1999/2000 para R$ 4.840,82 em 2008/2009.

Em termos de municípios, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Rosana se destacaram no período tanto em termos do número de contratos efetuados como do valor dos financiamentos, seja para custeio ou investimento. Essa maior expressividade do PRONAF nesses municípios está diretamente vinculada à presença de assentamentos e reassentamentos rurais, como se pode observar na tabela 5.

Tabela 5: Assentamentos rurais implantados na MRG de Pres. Prudente – 2009.

Município	Assentamentos	Famílias/ Lotes	Área Ocupada (ha)
Caiuá	08	445	10.732
E. da Cunha Paulista	09	517	10.933
Marabá Paulista	06	260	6.479
Martinópolis	02	124	2.744
M. do Paranapanema	33	1.625	34.984
Pres. Bernardes	08	266	7.189
Pres. Epitácio	04	342	7.533
Pres. Venceslau	06	342	7.702
Piquerobi	03	84	2.595
Rancharia	02	178	4.264
Rosana	05	815	19.432
Ribeirão dos Índios	01	40	852
Sandovalina	02	198	3.963
Teodoro Sampaio	20	856	22.693
Subtotal	**109**	**6.092**	**142.095**
Total de SP	**172**	**10.199**	**222.745,6**

Fonte: ITESP (2009).

Verifica-se, por meio da tabela 5, a importância que esses assentamentos rurais adquirem no contexto paulista, já que representam: 63,4% do número total; 59,7% das famílias assentadas/lotes; e, 63,6% da área total ocupada. Além dos assentamentos, houve no decorrer dos anos 1980 e 1990, a instalação de seis reassentamentos rurais em virtude do remanejamento compulsório de ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas obras de construção das Usinas Hidrelétricas.

A implantação desses assentamentos e reassentamentos rurais provocou mudanças importantes no contexto regional, sobretudo nos municípios em que há maior concentração de famílias assentadas, como é o caso de Euclides da Cunha Paulista, Rosana e Teodoro Sampaio.

Na avaliação de Souza (2007), dentre as várias mudanças ocorridas nesses municípios, destacam-se a intensificação das relações campo-cidade, expressa por meio: do aumento do número de unidades de produção agropecuárias de pequeno porte e do acesso ao crédito rural; da utilização do trabalho familiar; da diversificação produtiva nos lotes; da ampliação do contingente populacional residente no espaço rural; da geração de novos postos de trabalho; da implantação e/ou melhoria da infraestrutura e de equipamentos públicos; e da intensificação do consumo de bens duráveis e não-duráveis nos pequenos núcleos urbanos.

Destaca-se que, com a implantação dos assentamentos, houve o incremento da produção agropecuária destinada tanto ao autoconsumo como a comercialização. Dessa forma, o crédito rural, sobretudo o de custeio, se constitui num elemento importante para a organização das atividades produtivas no campo.

Na MRG de Paranavaí, o número total de contratos (1,7%) e o valor dos financiamentos (2,3%) no período têm pouca representativa no contexto do Estado do Paraná. Verifica-se, na tabela 6, que nessa microrregião até o ano agrícola 2006/2007, houve crescimento tanto do número de contratos como do valor total dos financiamentos do PRONAF. A partir de então ocorreu tendência de redução do volume total dos contratos e do valor dos financiamentos.

Tabela 6 - PRONAF– Crédito Rural: Número de Contratos e Valor dos Financiamentos de Custeio e Investimento na MRG de Paranavaí - 1999-2009.

	Custeio		Investimento		Total	
Anos	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)
1999/2000	81	250.658	62	440.930	**143**	**691.588**
2000/2001	1.455	3.841.358	169	1.745.020	**1.624**	**5.586.378**
2001/2002	1.156	3.261.192	73	749.019	**1.229**	**4.010.211**
2002/2003	1.556	4.286.227	443	2.889.963	**1.999**	**7.176.190**
2003/2004	2.291	8.652.655	287	2.844.406	**2.578**	**11.497.061**
2004/2005	2.659	12.908.147	530	5.857.955	**3.189**	**18.766.102**
2005/2006	2.535	13.889.916	859	9.006.140	**3.394**	**22.896.056**
2006/2007	2.944	24.840.192	566	6.153.088	**3.510**	**30.993.280**
2007/2008	2.418	19.016.641	678	9.050.249	**3.096**	**28.066.890**
2008/2009	1.584	13.539.074	512	11.587.782	**2.096**	**25.126.856**
Total	**18.679**	**104.486.060**	**4.179**	**50.324.552**	**22.858**	**154.810.612**

Fonte: MDA/SAF.

Esse processo de crescimento até o ano agrícola 2006/2007 e redução a partir de então também foi observado em relação ao PRONAF Custeio, que concentrou no período 81,7% dos contratos. O valor médio dos contratos de custeio aumentou de R$ 3.094,54 no ano agrícola 1999/2000 para R$ 8.547,39 em 2008/2009. No que concerne ao PRONAF Investimento, responsável por 18,3% dos contratos, o seu desempenho na MRG de Paranavaí foi bastante irregular em termos de número de contratos e de valor dos financiamentos no período considerado, embora o valor nominal médio dos contratos tenha sido triplicado, já que se ampliou de R$ 7.111,77 em 1999/2000 para R$ 22.632,38 em 2008/2009.

Em termos de municípios, se constata ao longo do período que Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo e Terra Rica foram os que concentraram o maior número de contratos e de valor dos financiamentos do PRONAF. A presença de um grande número de assentamentos rurais e de famílias assentadas nesses municípios, como se verifica na tabela 7 é um dos fatores que explicam a importância que o PRONAF assume nestas localidades.

Tabela 7: Assentamentos rurais implantados na MRG de Paranavaí – 2006.

Município	Assentamentos	Famílias/Lotes	Área Ocupada (ha)
Amaporã	02	65	1.749
Jardim Olinda	01	53	1.258
Marilena	03	106	2.530
Mirador	01	29	617
Nova Londrina	01	27	685
Paranacity	01	20	256
Querência do Norte	09	671	19.210
Santa Mônica	01	37	1.256
São João do Cauiá	01	34	726
Santa Cruz do Monte Castelo	04	154	3.930
Terra Rica	05	196	4.110
Subtotal	**29**	**1.392**	**36.327**
Total do PR	**300**	**19.066**	**402.057**

Fonte: INCRA *apud* SERRA (2006).

Esses assentamentos rurais representavam no contexto paranaense: 9,6% do número total; 7,3% das famílias assentadas; e, 9,0% das áreas ocupadas.

De acordo com Perissato e Bandeira (2008), esses assentamentos rurais implantados na MRG de Paranavaí podem ser agrupados em três polos: o de Querência do Norte, de Terra Rica e Paranacity. Na avaliação dessas autoras, os efeitos da implantação desses assentamentos rurais no Município de Querência do Norte e, em geral na região, foram percebidos a partir da década de 1990. Isso porque, a

> (...) população, que havia decrescido em função da crise do café, foi incrementada com os assentamentos. Com isso, houve incremento na infra-estrutura do município no que se refere a educação, saúde, transportes. O comércio local também foi muito beneficiado; os antigos proprietários rurais, que não eram pequenos produtores, não consumiam no comércio local; na realidade, transferiam essa riqueza para outras regiões. Já as famílias assentadas consomem no comércio local, gerando empregos indiretos, maior arrecadação de impostos, dinamizando o município. (PERISSATO; BANDEIRA, 2008, p. 08).

Na tabela 8 apresentam-se os dados referentes ao PRONAF na MRG de Nova Andradina no período 1999/2000 a 2008/2009.

Tabela 8 - PRONAF– Crédito Rural: Número de Contratos e Valor dos Financiamentos de Custeio e Investimento na MRG. de Nova Andradina - 1999-2009.

	Custeio		Investimento		Total	
Anos	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)	Nº de Contratos	Valores (Em Reais)
1999/2000	07	11.760	139	1.256.961	**146**	**1.268.721**
2000/2001	294	849.570	296	1.294.392	**590**	**2.143.962**
2001/2002	128	470.387	159	1.509.311	**287**	**1.979.698**
2002/2003	81	333.482	20	181.120	**101**	**514.602**
2003/2004	455	1.395.022	611	4.770.587	**1.066**	**6.165.609**
2004/2005	360	2.083.260	74	586.580	**434**	**2.669.840**

2005/2006	192	1.319.138	52	553.331	**244**	**1.872.469**
2006/2007	381	4.056.295	23	320.101	**404**	**4.376.396**
2007/2008	188	1.462.060	53	476.564	**241**	**1.938.624**
2008/2009	142	1.119.552	110	1.922.259	**252**	**3.041.811**
Total	**2.228**	**13.100.526**	**1.537**	**12.871.206**	**3.765**	**25.971.732**

Fonte: MDA/SAF.

Constata-se que, tal qual a situação verificada na MRG de Presidente Prudente, a evolução do PRONAF em Nova Andradina mostrou-se bastante irregular no período, seja em termos de número de contratos como do valor dos financiamentos. No âmbito estadual, o número de contratos do PRONAF efetivados representou 4,9% do total e 5,1% do valor dos financiamentos desta unidade da federação.

Verifica-se que do total de contratos, 59,2% destinaram-se ao custeio da produção e 40,8% ao investimento; em termos de valores dos financiamentos, a proporção foi a seguinte: 50,4% destinaram-se ao custeio, enquanto que 49,6% ao investimento. Em termos dos valores médios, as operações de custeio se ampliaram de R$ 1.680,00 em 1999/2000 para R$ 7.884,17 em 2008/2009; e as de investimento, passaram de R$ 9.042,88 para R$ 17.475,08 no mesmo período.

Em termos dos municípios componentes desta MRG, destacaram-se no acesso ao PRONAF no período analisado, Bataguassu, Batayporã e Nova Andradina, onde há expressiva presença de assentamentos rurais, como se pode observar na tabela 9.

Tabela 9: Assentamentos e reassentamentos rurais implantados na MRG de Nova Andradina – 2009.

Municípios	Assentamentos/ reassentamentos	Famílias/ Lotes	Área Ocupada (ha)
Anaurilândia	04	694	13.013,30
Bataguassu	05	599	21.087,18
Batayporã	03	228	3.259,01
Nova Andradina	03	1.767	58.846,00
Taquarussu	01	80	1.862,36
Subtotal	**16**	**3.368**	**98.067,85**
Total do MS	**168**	**33.567**	**707.435,31**

Fonte: INCRA *apud* Terra (2009).

Os assentamentos e reassentamentos rurais implantados nesta MRG de Nova Andradina representam: 9,5% do número total; 10,0% das famílias assentadas; e, 13,8% da área total ocupada pelos assentamentos/reassentamentos no MS.

Localizados nas piores terras do ponto de vista da fertilidade – solos arenosos -, esses assentamentos rurais têm na pecuária mista, voltada, sobretudo, à produção de leite, e no caso dos reassentamentos rurais, à pesca, as principais atividades econômicas realizadas pelas famílias, além da produção de gêneros alimentícios para subsistência e a comercialização do excedente nos mercados locais.

Constata-se, assim, a importância econômica, social e política que os assentamentos rurais assumem não apenas nos municípios em que estão implantados, mas para o contexto regional em que estão inseridos, sobretudo se eles tiverem o acesso às condições em termos de produção, como o crédito rural.

Considerações Finais

As unidades territoriais que compõem a Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul, identificadas neste trabalho com as MRG de Pres. Prudente (SP), Paranavaí (PR) e Nova Andradina (MS), apresentam algumas características semelhantes.

Além da predominância de solos com alta suscetibilidade à erosão, o processo de ocupação dessa área, que foi intensificada a partir da expansão da fronteira agrícola em busca de novas terras a serem incorporadas à cafeicultura (MRG de Pres. Prudente e Paranavaí) e/ou se constituírem como reserva de valor (MRG de Nova Andradina), levou a uma estrutura fundiária marcada pela maior presença, em termos numéricos, de pequenas propriedades rurais, cercadas por grandes fazendas.

Com as mudanças engendradas pelos novos rearranjos na divisão territorial do trabalho em escala nacional, a partir dos anos 1960 e 1970, intensificou-se nessas unidades territoriais a concentração fundiária, a expansão da pecuária de corte e de lavouras em bases técnicas modernas, como a cana-de-açúcar e o binômio soja - trigo – neste caso apenas na MRG de Paranavaí. Uma das conseqüências desse processo foi a intensificação das migrações campo-cidade.

No espaço rural, há o predomínio, em termos de área ocupada, das pastagens e da pecuária de corte conduzida de forma extensiva e, mais recentemente, em virtude da conjuntura nacional e internacional favorável à produção do etanol, a lavoura de cana-de-açúcar, em bases técnicas modernas, apresentou grande expansão.

A implantação de assentamentos rurais tem se mostrado como uma estratégia importante para o desenvolvimento local e regional, pois os assentados ao terem acesso ao crédito rural, por exemplo, movimentam a economia dos pequenos municípios em que estão inseridos, ampliam e diversificam a produção agropecuária, geram novos postos de trabalho, demandam investimentos em infraestrutura etc. Todavia, apenas o acesso ao crédito rural é insuficiente, já que é

necessário um amplo esforço visando promover a integração do PRONAF com outras políticas governamentais, não apenas direcionadas à produção agropecuária, mas também a infra-estrutura e dotação de equipamentos sociais. Se o poder público e a sociedade civil organizada não enfrentarem esse desafio, essa política pública permanecerá restrita ao apoio à produção agropecuária, que é importante, mas não suficiente para melhorar as condições de vida de parcela da população que reside e trabalha nas zonas rurais.

Referências

IBGE – **Censo Agropecuário de 1995/96**. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/agropecuário. Acessado em maio de 2009.

IBGE – **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/agropecuário. Acessado em dezembro de 2009.

IBGE - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Produto Interno Bruto dos Municípios (2003-2006). **Contas Nacionais**, nº 26, 2008.

IBGE – **Produção Agrícola Municipal 1996, 2006 e 2009**. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br. Acessado em maio de 2010.

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Assentamentos rurais no Estado de São Paulo.** Disponível em http://www.itesp.org.sp Acessado em maio de 2009.

LIPIETZ, A. Europa Social, Europa legítima: fronteiras internas e externas**. Indicadores Ecônomicos (FEE),** vol.20, n°1, p. 01-16, 1992, Porto Alegre.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (BRASIL) – Secretaria da Agricultura Familiar. **PRONAF Crédito Rural**. Disponível em **http://www.mda.gov.br/saf/pronaf** Acessado em Julho de 2009.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora. HUCITEC/Polis, 1984. 392 p. (1ª edição: 1952)

PASSOS, M. M. **A raia divisória**: geossistema, paisagem e eco-história. Maringá: EDUEM, v. 1, 2006. 132p.

PERISSATTO, E. B.; BANDEIRA, A. S. Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Local: o caso de Querência do Norte – Pr**.** In: **SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, I.** Maringá: UEM, 2008. Disponível em http:www.dge.uem.br/semana/eixo4/trabalho_36.pdf. Acessado em 15 de Julho de 2009.

SEADE. **Perfil municipal**. SP: Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos, 2006. Disponível em http://www.seade.gov.br

SERRA, E. Reforma Agrária e sua territorialização no Noroeste do Paraná. In: **Assentamentos rurais e agricultura familiar no Norte do Paraná: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação**. Londrina: Departamento de Geociências, p.89-132, 2006 (Relatório de pesquisa).

SOUZA, S. P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas**: o caso dos Municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP. Pres. Prudente: FCT/UNESP, 2007 (Dissertação de Mestrado em Geografia).